



## CONSUMOS DA CIDADE DE BELÉM NO CONTEXTO DA COP30: CONTINUIDADES DE UM PROCESSO HISTÓRICO EXCLUDENTE

Manuela do Corral Vieira<sup>1</sup>

Amanda Santos de Oliveira<sup>2</sup>

Vitória Melo Galvão<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo analisa a cidade de Belém, sede da COP30 no ano de 2025, e as movimentações urbanas presentes na “metrópole da Amazônia”. O artigo percebe um ideal de metrópole com espelhamentos em nações com aspectos e condições ambientais diferentes de Belém. Compreendendo ações governamentais em consonância com o grande capital foi possível identificar que Belém do Pará permanece refém de idealizações excludentes, acabando por deixar ainda mais à margem aqueles (pessoas e ambientes) pelos quais a cidade vem sido vangloriada. Com o auxílio de notícias foi possível notar como o evento parece estar sendo mais um capítulo em uma história que vangloria a conexão natural da cidade, sem de fato ações que demonstrem cuidado com a preservação e manutenção desses povos e ambientes.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Cidade. Consumo. COP30. Urbanização. Belém.*

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA-UFPA). É Professora Adjunta na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (FACOM-UFPA) na Graduação em Publicidade e Propaganda e Jornalismo e professora permanente no programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia. E-mail: manuelacorralv@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Consumo e Identidade. E-mail: amsantosd@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Consumo e Identidade. E-mail: vitoriamelagalvao@gmail.com

**ABSTRACT:** This article analyzes the city of Belém, headquarters of COP30 in 2025, and the urban movements present in the “Amazonian metropolis”. The article perceives an ideal of a metropolis with mirrorings in nations with aspects and environmental conditions different from Belém. Understanding government actions in line with big capital, it was possible to identify that Belém do Pará remains hostage to exclusionary idealizations, ending up leaving those (people and environments) for which the city has been praised. With the help of news, it was possible to notice how the event seems to be another chapter in a story that boasts the city's natural connection, without in fact actions that demonstrate care for the preservation and maintenance of these people and environments.

**KEYWORDS:** *City. Consumption. COP30. Urbanization. Belém.*

## **Introdução**

Dentre as milhares de cidades brasileiras, Belém, localizada no norte do país, mais precisamente no estado do Pará, coabita em um espaço natural e urbano, em que a materialidade que constitui a cidade é experienciada, vivenciada, e pode-se dizer, consumida pelos sujeitos diariamente. É possível encontrar elementos naturais nas construções da cidade (na constituição dos grandes edifícios e projetos arquitetônicos), mas também é possível encontrar a natureza nos rios que cortam o local, nas árvores frutíferas nas ruas, avenidas e em tantos outros espaços. Por estar situada na floresta amazônica, é importante perceber que a presença da Amazônia em Belém é parte principal para o entendimento das interações entre sujeito e espaço e dos consumos voltados para o local, sejam por moradores ou visitantes.

Ao mencionarmos o consumo no presente artigo, o pensamos como Perez (2020), em que o ato se apresenta como “um ritual de construção de vínculos de sentido pela mediação da cultura (i)material, que envolve múltiplos processos sógnicos e de natureza complexa” (Ibidem, p. 12). Ou seja, como prática que extrapola os sentidos de compra e venda, e que abarca discussões em todos os âmbitos da vida dos sujeitos, afinal, experiências, lugares, sujeitos, pensamentos, produtos, dentre outros, são suscetíveis ao

consumo. Em Belém, os espaços são consumidos e esses consumos recebem influências do tempo, contexto e das narrativas que cercam a cidade, por exemplo.

Milton Santos (1977), ao falar sobre os fluxos da economia urbana nos países subdesenvolvidos (termo utilizado à época), trata sobre como as variáveis de consumo, informação e da organização espacial em geral, são elaboradas no exterior possuindo uma difusão geral em diferentes níveis em praticamente todos os habitantes (p. 36). A partir do proposto por Santos, percebemos como a transformação urbana da cidade de Belém vem à mente quando se descobre que no período auge da industrialização brasileira, durante e após os chamados anos de chumbo<sup>4</sup>, as características naturais do território, tais como a forte presença fluvial eram consideradas negativas, portanto, em uma espécie de “esconderijo”, os rios e canais foram sendo preenchidos para dar lugar ao asfalto.

O conceito de cidade, a partir das análises de Robert Park<sup>5</sup> (1967: 3), define esta como uma criação do homem “na tentativa de reconstruir o mundo que vive o mais próximo do seu desejo”, sendo assim, ele está condenado a viver neste mundo criado por ele mesmo, e de forma indireta, reconstruir a si mesmo. David Harvey (2012), dentro desse contexto, fala sobre “o direito à cidade” e como esse direito está distante de uma liberdade individual; é um direito de transformar os próprios sujeitos pela cidade, é um direito comum e um dos mais “preciosos e negligenciados direitos humanos” (p. 74).

As observações de Park (1967) e Harvey (2012) direcionam, ainda, para outra reflexão: viver e estar na cidade é também um tipo de realização e ação políticas<sup>6</sup> (Oliveira, 1982). Com o tempo, assim como designações e limites de quem era considerado cidadão se modificaram, Oliveira (Ibidem) afirma que a mudança também

---

<sup>4</sup> Referente ao período de maior repressão da Ditadura Civil-Militar no Brasil entre os anos de 1968 e 1974.

<sup>5</sup> Sociólogo estadunidense reconhecido por estudar questões como raça, nacionalidades, movimentos sociais e questões relacionadas ao espaço urbano.

<sup>6</sup> Mesmo que não nos tenhamos proposto analisar profundamente os limites epistemológicos idealizados para designar as cidades, sabemos, por exemplo, que a própria palavra “política” é derivada do grego “politikos”, que nomeava os cidadãos que viviam na pólis – sendo esta, justamente, o que encaramos por cidade atualmente.

atinge a condição de espaço político que a cidade exerce, dessa forma, ela vem se transformando cada vez mais em um espaço cheio de disputas que dizem respeito ao interesse privado.

Inserido nesse contexto em que os interesses privados atravessam as dinâmicas sociais e políticas da grande maioria das cidades espalhadas pelo globo, inclusive a cidade de Belém, surgem as presenças e as ausências materiais, que a partir das disputas de interesses, direcionam consumos e transmitem mensagens diante de suas existências ou inexistências. Adicionado a esse cenário, Belém atualmente passa por um momento de efervescentes debates mundiais, nacionais, regionais e locais que englobam o ser e o estar na Amazônia, seja ela em seu aspecto natural, seja ela em seu aspecto urbano, tendo em vista que os dois coexistem.

A COP30 (Conferência das Partes) que ocorrerá em 2025 em Belém trouxe os olhares para a cidade e impulsionou uma série de mudanças urbanas com o argumento de melhorar a cidade para o evento. Considerando que, historicamente, os grandes projetos na Amazônia, que apresentam o discurso de “desenvolvimento”, têm se configurado como a repetição do modelo desenvolvimentista, que a faz permanecer numa condição colonial (Pereira, 2019), questiona-se: quem é realmente beneficiado pelos consumos dos espaços projetados para a COP30? E para quem são direcionados esses espaços?

Na busca por compreender as diversas dinâmicas existentes na cidade de Belém, utilizamos o conceito de ambientalidades, que, a partir de Jorge Ponciano Ribeiro (2019), é considerada uma dimensão da essência humana (constituída por ambiente, animalidade e racionalidade) na qual todos os seres humanos são co-constituintes do universo. Nesse sentido, ainda que as cidades se encontrem construídas na mistura de povos, referências e influências, o que chamamos a atenção, em específico, é para o fato da ambientalidade de Belém, mesmo no contexto que antecede um evento climático mundial, estar pautada em um processo colonial ao qual até hoje há quem diga que apenas é construída em “nova roupagem”, mas na mesma lógica.

Num primeiro momento foi analisada a questão histórica e o paradoxo entre o passado e futuro da cidade – que mesmo com as diversas transformações, parece persistir

e ser infligida com uma lógica colonial. Já no tópico seguinte, foram observadas situações nas quais os ambientes foram/estão sendo devastados em prol ainda de uma ideia desenvolvimentista que tornará a cidade “apta” a receber evento de tamanho porte como a COP. É em busca de uma reflexão que também parte da realidade individual das autoras, que este trabalho busca refletir e observar as mudanças no cenário e como elas são setorizadas parte para criar um imaginário amazônico que exclui parte do cenário e dos sujeitos da cidade.

Com o apoio dos referenciais teóricos da Ambientalidade (Ribeiro, 2020), e do Consumo (Perez, 2020), o artigo propõe análises das ambientalidades, na cidade de Belém do Pará, a partir do contexto da COP30, em que as presenças, ausência e os planejamentos de futuras estruturas comunicam sobre os olhares voltados para a região e direcionam os consumos dessas ambientalidades. Questionamos se, mais do que nunca, o conceito de Amazônia é desenvolvido “no âmago e nos dilemas da moldura da civilização euroantropocêntrica” (Fraxe, Witkoski, Miguez, 2009: 30).

### **Paradoxos passados e futuros**

Belém fez parte do conjunto de cidades fundadas pela necessidade de proteção da invasão portuguesa na região amazônica, constantemente ameaçada, no séc. XVII, pela coroa francesa (Neves, 2015). Uma das primeiras construções realizadas pelos portugueses, inclusive, foi o Forte Castelo do Senhor Santo Cristo, ou simplesmente, Forte do Castelo, fortificação militar criada em 1616 às margens do Rio Guamá, um dos principais rios que cortam a cidade.

Seguindo o curso de exploração de grande parte das cidades brasileiras, Belém foi construída a partir do genocídio de inúmeras comunidades indígenas. Além da violência, existe a pluralidade étnica, que não deixa de ser oriunda dessa violência, tendo em vista que, juntamente com os indígenas que já habitavam a região, também estariam presentes africanos trazidos como escravos e portugueses (Neves, 2015). Atualmente, outros grupos compõem a diversidade étnica da região, vindos de outros processos que os trouxeram a Amazônia.

Em Belém, a hidrografia da cidade é um poderoso condicionante e marcador de classe – rios canais, igarapés, córregos são espaços ocupados, na maior parte das vezes, por pessoas de rendas mais baixas. Isso faz com que os projetos urbanos concedam duas possibilidades aos cenários rodeados por rios/igarapés/córregos: ou áreas prósperas à expansão ou áreas residuais (Ponte, 2013). Diante desse cenário, ocorre a difusão de um discurso de que Belém é uma cidade “de costas para o rio”; esse discurso pode ser usado, inclusive, como narrativa política de manopla, para fazer acreditar de que a orla de Belém é mal utilizada, e, por serem áreas prosperas a expansão, devem ser reocupadas e resgatadas (Ponte, 2013).

Ou seja, as construções arquitetônicas da cidade, os espaços consumidos diariamente pela população, foram construídos a partir de uma lógica exclusiva – seja no processo de invasão do que conhecemos por Belém, sejam pelas normas no desenvolvimento da cidade – que acabam por transformar as áreas de rios/canais/igarapés em destinação final de lixos e esgoto, além da transferência de sujeitos que irão habitar a periferia de Belém. Portanto, tentativas de “modernização” (leia-se seguir moldes europeus em um espaço latino-americano e com geografia e clima próprios, para além das questões sociais) que impunha sobre as ruas, os moradores e o espaço natural, normas tidas como desenvolvidas que não se encaixavam nos padrões de vida belenense e, mais ainda, que com discursos de não utilização adequada da orla, expulsavam (e continuam a expulsar) os que moravam (moram) nesses espaços.

A escolha de Belém para sediar a COP30 movimentou a dinâmica política da cidade; sabendo que as atenções estarão direcionadas para o local, é exigido (implícita ou explicitamente) uma série de gesticulações para que Belém seja mais aprazível aos olhos das inúmeras autoridades políticas que estarão no evento. Sabendo que, no âmbito do artigo serão observados os espaços, o que norteia o nosso estudo é perceber se as obras, as revitalizações desses lugares (ou seja, as materialidades já existentes e as que ainda estão por vir), quebram o viés excludente das ambientalidades belenenses, ou se existe uma continuidade desse processo – continuidade essa que possui uma nova roupagem, mas que conserva as bases do pensamento exploratório (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021).

No artigo, encaramos a natureza quando ela passa a ser ambientalidade, ou seja, quando ela faz parte do todo. Sendo assim ela existe em colaboração com os sujeitos (Moreira, 1997). A ambientalidade pode parecer ocupar um espaço positivo na sociedade, de forma que se espera um diálogo com temas como sustentabilidade, preservação, entre outros; distante disso, as relações ambiente-sociedade tendem a priorizar o lucro em detrimento da natureza por intermédio do trabalho humano (Costa, Ribeiro, Tavares, 2006: 6).

Na atualidade, observamos esse apagamento da interação humana e da natureza como uma relação mútua; a história de Belém é uma história de interatividade entre a natureza os sujeitos, seja esta negligenciada, seja exaltada. Esse cenário acarreta formas específicas de consumir a cidade, além de apartamentos sociais e diversos problemas, inclusive estruturais, da ordem da organização e da experiência da qualidade da cidade e da própria vida.

Violeta Refkalesky Loureiro publicou, em 2012, um estudo para discutir sobre o que a autora chama de “outro desenvolvimento” para a região amazônica; um modelo contra-hegemônico, com a proposta de objetar a individualização e o consumo exacerbado. Loureiro, ao destrinchar questões as quais criaram o atual cenário econômico da Amazônia – devastado e queimado, cercado por *comodities*, que precariza e extingue cada vez mais a vida e existência dos povos originários –, diz ser o cenário resultado de um desenvolvimento degenerativo, “quanto mais se avança, maiores danos provoca” (p. 530). Mesmo após mais de 10 anos do estudo, compreendemos que esta relação predatória em relação à Amazônia ainda persiste, mesmo quando as palavras empregadas são de valorização e exaltação.

Harvey, ao destrinchar a urbanização como um fenômeno de classe, observa como as cidades tornam-se um “reinvestimento contínuo”, dessa forma, “ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo” (p. 74). Belém, sem sombra de dúvidas, tem em suas veias o resultado de um processo histórico que induziu a criar uma cidade com referências europeias, distantes da realidade

amazônida, e buscando apagar a memória indígena e de outros povos originários que aqui resistiram.

### **Consumos na COP30: renovações ou repetições?**

Em dezembro de 2023, Belém foi intitulada, oficialmente, a cidade da COP30, 30<sup>a</sup> Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. O evento está previsto para acontecer em novembro de 2025. A partir da escolha da cidade como sede da COP30, movimentações na dinâmica política, social, econômica e espacial são esperadas (e de certa forma já estão acontecendo).

A Conferência das Partes, em 2025, é considerada o maior evento já sediado na cidade de Belém, sendo dito pelo atual governador do estado, Helder Barbalho, como uma edição de Copa do Mundo ou Jogos Olímpicos<sup>7</sup>. O governador completou ainda que a COP deixará um legado de empregos aos paraenses, além de mobilidade, sustentabilidade, saneamento básico, destinação de resíduos sólidos e áreas cultural<sup>8</sup>.

A COP surge como uma conferência das Organização das Nações Unidas (ONU) para debater sobre a mudança climática. A sua importância é bem pontuada quando se fala sobre a agenda do clima (já observamos as abruptas mudanças que vem ocorrendo no planeta), mas mesmo a conferência criada para ser o espaço para sinalizar, debater e construir caminhos viáveis e urgentes, os debates caem em uma contradição crassa. Em retrospecto, destacamos a COP 28, sediada em 2023 nos Emirados Árabes – país conhecido por ser o maior produtor de petróleo do mundo. No acordo final da conferência foi decidido uma necessidade de transição energética, porém não se tratou, na ocasião, a proposição de ações que acabassem totalmente com os combustíveis fósseis e nem ações

---

<sup>7</sup> Ver mais em: <https://oeco.org.br/salada-verde/cop-de-belem-tera-mesma-proporcao-dos-jogos-olimpicos-diz-helder-barbalho/> . Acesso em: 05 de jun. de 2024

<sup>8</sup> Ver mais em: <https://seplad.pa.gov.br/2023/06/28/governo-do-para-apresenta-andamento-de-projetos-para-comunitas/> . Acesso em: 05 de jun. de 2024.



específicas de como será feita essa transição. Em suma, o evento ficou apenas nas frases bonitas que não verão atitudes reais<sup>9</sup>.

Passando ao cenário de Belém, ainda não é possível saber o que será ou não feito e concretizado, dado que os projetos construídos para a cidade são muitos, e ainda é incerto dizer sobre sua viabilidade e eficácia. Entretanto, o que já é observável é a contradição e um passo atrás em obras para viabilizar melhor fluxo de transporte em detrimento a um espaço natural. Um exemplo é a descoberta de uma obra que cortaria o Parque Ecológico Municipal Gunnar Vingren, pelo portal ((e))co<sup>10</sup>.

O Parque trata-se de uma área de proteção ambiental, localizado nos bairros da Marambaia e Val-de-Cans, administrado pela Secretaria de Meio Ambiente do Município de Belém (SEMMA). A criação do Parque, em 1991, foi uma resposta aos pedidos dos moradores da área, que requeriam a proteção da área verde do local – são 44 hectares de área verde, que vinha sofrendo com o descarte irregular de lixo, invasões e especulação imobiliária (Da Rocha Nogueira, et al., 2024). Mas, assim como outras áreas verdes, o Parque (Figura 1 e Figura 2) sofreu com escassez de investimentos, recursos financeiros e a pressão pelo uso do solo para fins mercadológicos (Ibidem). Esse contexto criou um cenário propício para a tentativa de transfigurar o sentido do Parque, cujo objetivo inicial era justamente a preservação de um trecho da floresta nativa.

---

<sup>9</sup> Ver mais em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/12/13/cop-28-entenda-os-principais-pontos-do-acordo-final.ghtml>. Acesso em: 04 de jun. de 2024

<sup>10</sup> Portal sem fim lucrativo que visa informar e prestar serviços para comunicar os esforços (e também ataques) de conservação da fauna e flora do país. Ver mais em: <https://oeco.org.br/quem-somos/>

Figura 1: Parque Gunnar Vingren



Fonte: Site da Secretaria de Meio Ambiente<sup>11</sup>

Figura 2: Área do Parque Gunnar Vingren



Fonte: Captura de tela matéria jornalística G1 Pará<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://semma.belem.pa.gov.br/areas-especiais-e-protégidas/parque-ecologico-do-municipio-de-belem-gunnar-vingren/>.

<sup>12</sup> Ver mais: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/07/21/reforma-do-parque-gunnar-vingren-em-belem-nao-sai-do-papel-ha-dois-anos.ghtml>.

Em maio de 2024, o portal ((e))co denunciou uma obra<sup>13</sup> que cortaria o Parque Ecológico para ampliar uma via expressa da cidade, a ação foi justificada como uma necessidade para a COP30 (para atender a demanda do público) e, mesmo sem licença para a realização da ampliação, foi registrada a contratação de uma empresa especializada para executar o projeto no valor de R\$213 milhões<sup>14</sup>. O projeto já havia sido apresentado em fevereiro do mesmo ano pela então vice-governadora do Pará, Hana Ghassan. A preocupação dos moradores foi uma resposta direta ao projeto, que, além do impacto na área verde do Parque, os efeitos também alcançariam os moradores do bairro do Benguí, já que existia a possibilidade de desapropriação de pelo menos quatro quarteirões do distrito. O Parque Ecológico Gunnar Vingren é (mais uma) confirmação de que a população periférica é a principal atingida projetos do tipo. Os moradores dos bairros atingidos tiveram que lutar pela preservação do Parque Ecológico; após a repercussão do caso e a pressão popular, a obra foi suspensa.

A contradição existente no contexto de reformas em Belém é ostensiva. Em junho de 2021, a Rede Liberal – rede de televisão brasileira sediada em Belém – sinalizou<sup>15</sup> a demora na entrega de uma reforma anunciada pela Prefeitura Municipal e a aflição dos moradores da área, que pressionavam as autoridades políticas para o uso adequado do local visando uma ambientação e construção do ambiente que possibilitasse um uso coletivo e torna-se o parque um local de convivência. Avaliada em R\$ 900 mil reais (dinheiro repassado pelo Governo Federal), no ano de 2021, a obra já contava com dois anos de atraso (ou seja, fora anunciada em 2019), e o prazo de doze meses estipulado pela Prefeitura, já havia vencido. Três anos depois, em junho de 2024, (contabilizam-se cinco

---

<sup>13</sup> Ver mais em: <https://oeco.org.br/reportagens/obra-para-desafogar-transito-em-belem-na-cop30-vai-rasgar-parque-municipal/>

<sup>14</sup> Ver mais em: <https://oeco.org.br/noticias/apos-repercussao-obra-que-cortaria-parque-municipal-em-belem-e-suspensa/>. Acesso em: 04 de jun, de 2024.

<sup>15</sup> Ver mais em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/07/21/reforma-do-parque-gunnar-vingren-em-belem-nao-sai-do-papel-ha-dois-anos.ghtml>.

anos de atraso), uma nova reforma no Parque Gunnar Vingren foi anunciada pela Prefeitura de Belém, dessa vez orçada em R\$ 31.817.270,00 reais<sup>16</sup>.

O projeto prevê a recomposição dos muros do entorno do local, construção de prédio administrativos, guaritas, estacionamentos, restaurante, maloca, mirante de observação, além de lugares para a prática de atividades esportivas. É válido lembrar, que a nova obra foi anunciada após a denuncia do portal ((e))co, que expôs a realização de uma reforma cujo objetivo principal era cortar a área do Parque, para atender a demanda do público da COP30. Ou seja, a obra mais recente do Parque só foi reformulada a partir da denúncia do portal ((e))co; e a obra denunciada pelo portal tinha como objetivo central melhorar a mobilidade no contexto da COP30 – subentende-se que a construção não aconteceria se o evento não fosse realizado em Belém. Já a obra prometida em 2019, se em 2021 estava atrasada há dois anos, em 2024 continuaria atrasada, e assim sucessivamente. Ou seja, a cidade que abrigará as discussões sustentáveis da COP30 é também a cidade da escassez de investimentos em áreas verdes, dos projetos que invadem locais reivindicados pela população local, é a cidade que se propõe a projetos que sejam vitrines e justificativas para a Conferência.

166

Diante da conservação de ideais excludentes e exploratórios nas dinâmicas espaciais/sociais/políticas e de consumo no contexto da COP, em Belém, vê-se a possibilidade de influência direta na construção e no desenrolar de eventos como a Conferência das Nações Unidas. Apesar dos (prometidos) debates sobre sustentabilidade, preservação dos povos originários, dentre outros, sempre existe a possibilidade de que, conforme os espaços se tornam mais atrativos ao grande capital, ocorra um tipo de exclusão velada de parcela da comunidade local, justamente pelo público que possivelmente frequentará o local. E isso pode acontecer com as reformas que ocorrem na cidade atualmente. Um exemplo desse fenômeno é a criação do Porto Futuro II na cidade de Belém.

---

<sup>16</sup> Ver mais em: <https://agenciabelem.com.br/Pauta/39844/prefeitura-assina-os-para-inicio-das-obras-de-reforma-do-parque-ambiental-gunnar-vingren>.

Localizado na antiga área portuária de Belém, o Porto Futuro II (Figura 3 e Figura 4) foi um projeto anunciado na primeira metade de 2023<sup>17</sup>. O espaço da obra foi cedido pela Companhia Docas do Pará (CDP) ao Governo Estadual do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Cultura (Secult), para funcionamento de atividades turísticas e culturais. Às margens do rio Guamá, no centro da cidade, a área abrange sete galpões, totalizando 50.000 metros quadrados. No local, esperam-se uma praça central, bicicletário, cursos de capacitação, economia criativa (artesanato e bioeconomia), memorial da cultura popular, além da revitalização de nove guindastes e a transformação de dois deles em mirantes.

Figura 3: Local que abrigará Porto Futuro II (Antiga CDP)



Fonte: Augusto Miranda / Agência Pará

<sup>17</sup> Ver mais em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/06/17/porto-futuro-2-como-deve-ser-a-nova-obra-anunciada-na-area-portuaria-de-belem.ghml>.

Figura 4: Projeto Porto Futuro II



Fonte: Agência Pará<sup>18</sup>

O projeto é, de fato, significativo para o funcionamento econômico/social/cultural da cidade; é válida a construção, ainda que norteadas pela COP30 (entende-se que esse espaço provavelmente não seria reformado se o evento não ocorresse em Belém). Porém, em maio de 2024<sup>19</sup> foi recebida a notícia de que haveria a transformação de três galpões (8, 8A e 8B) em um hotel boutique pela empresa portuguesa Vila Galé. Sabendo que hotéis boutiques são reconhecidos por instalações temáticas, intimistas, exclusivas e luxuosas<sup>20</sup>, questiona-se para quem será direcionado o consumo de espaços como o Porto Futuro II.

Cavenacci (2009) aponta que o conceito de cidade é baseado numa concepção de cidadania e produção industrial desafiados, atualmente, pelas novas formas de consumo, mas ao mencionar o consumo o antropólogo refere-se ao consumo para além das práticas

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/galeria/16517/porto-futuro-ii-fase#lg=1&slide=4>.

<sup>19</sup> Ver mais em: <https://diariodopara.dol.com.br/colunistas/mauro-bonna/vila-gale-vai-construir-hotel-boutique-no-porto-futuro-ii-123910/>.

<sup>20</sup> Ler mais sobre em: <https://www.totvs.com/blog/gestao-hoteleira/hotel-boutique/>.

mercadológicas (ainda que o englobe nesse sentido), como uma dimensão performática, em que o público é “[...] parte constitutiva da obra e que possa representar sua própria história” (Ibidem: 12). Se consideramos as performances que o Porto Futuro II abrigará futuramente, levando em consideração quem o frequentará, principalmente no contexto da COP30, entenderemos que haverá uma participação exclusiva nas dinâmicas do consumo do local. Ou seja, haverá, ainda que de forma implícita, a delimitação de quem poderá realizar os consumos daquele local, bem como as performances ali existentes – ou ainda que a população periférica consuma e performe no espaço, fica o questionamento de qual seria o papel designado a ela.

Aparentemente, questões como essa, em que o consumo dos espaços é pré-estabelecido, norteiam as obras realizadas em Belém. A matéria do Jornal Estadão “Governo estuda antecipar reunião de presidentes para acomodar COP30 em Belém”<sup>21</sup>, nos faz questionar se a possível antecipação da COP30 seria pela insuficiência de hotelaria ou pela insuficiência de hotéis luxuosos para abrigar os visitantes do evento.

McCracken (2007) afirma que ao consumirmos objetos (e espaços, no caso do presente estudo), consumimos também os significados e mensagens dessas coisas. Ao ler os fragmentos “Os hotéis já existentes também devem passar por reformas para modernização e construção de suítes presidenciais” (Estadão, 2024) e “A maior dificuldade é onde hospedar esse público e suas comitivas, que exigem acomodações de categoria A, com maior conforto, luxo e segurança” (Estadão, 2024), vê-se que, na verdade, o que se espera da COP30 é o consumo simbólico, cultural e econômico da Amazônia, contanto que seja em hotéis boutiques – e esse consumo não converge com a mensagem apregoada pela Conferência das Nações Unidas: o de conscientização ambiental/social.

Loureiro (2012: 535) afirma ainda que, não se pode falar de desenvolvimento enquanto o único resultado positivo são os números de “um modelo econômico

---

<sup>21</sup> Disponível em [https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/07/governo-estuda-antecipar-reuniao-de-presidentes-para-acomodar-cop30-em-bellem.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/07/governo-estuda-antecipar-reuniao-de-presidentes-para-acomodar-cop30-em-bellem.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa).

socialmente perverso”, porém, os “governos o fazem, mobilizando o sentimento nacional em nome do progresso e da melhoria de vida das populações do país”, ou seja, permanecemos estáticos no presente esperando por um futuro melhor, com mais valorização da vida como um todo, das faunas e floras, da proteção e valorização de quem tanto estes governos se vangloriam, mas só se tem à vista mais e mais devastação.

### **Considerações Finais**

Partindo de Santos (1977) que traz à tona a realidade de cidades que foram deformadas para caber em um ideal de urbanidade descabível ao encarar condições naturais de fauna e flora dos ambientes, é possível compreender como a cidade de Belém, objeto de análise deste trabalho, transformou-se em uma união de idealizações convergentes entre uma específica expectativa de Amazônia e urbanização.

Ao encararmos cidade como espaço de direito do cidadão (Park, 1967; Harvey, 2012), é evidente quais políticas estão à frente na corrida da transformação e concretização da metrópole da Amazônia quando os espaços se tornam excludentes e visam dar preferência apenas para um definido grupo social com mais “poder” simbólico e capital, dessa forma nem todos os sujeitos são considerados cidadãos se determinados grupos (minoritários) são excluídos. Se a cidade é espaço político coletivo e é também designação de quem é cidadão (Oliveira, 2014) conforme as mudanças socioespaciais excludentes vão ocorrendo pessoas que não corroboram ao “ideal urbano” são ainda mais afastados desses locais.

No artigo, foram mencionados os projetos de revitalização do Parque Ecológico Gunnar Vingren – com projetos rodeados de contradições e atrasos; a construção do Porto Futuro II – que apesar de oferecer ao público um novo espaço de convivência em Belém, também delimita os usos e frequentadores implicitamente; e a proposta de dragagem do Porto de Belém para a chegada de cruzeiros – que, além de transporte, serviriam como hotelaria a representantes políticos no evento, mas que traz impactos num determinado ambiente (e o entorno dele) e que tem como único motivador a Conferência das Nações Unidas.



Se a COP 30 é mais um evento climático que fica na mão dos empresários e a participação social e de povos originários, tradicionalmente e historicamente os reais protetores da natureza, são deixados de lado, Belém e os governantes parecem estar seguindo à risca o papel de sede. O atual cenário do país demonstra como as questões climáticas e o “desenvolvimento” estão em um embate no qual o resultado é a devastação, se ainda restam esperanças, é apenas com diálogo e ações concretas disruptivas que um futuro longe dos asfaltos e mais próximo dos rios e das árvores será possível.

Por fim, não classificamos a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas como maléfica ao espaço de Belém. Também não totalizaremos como negativas as construções e modificações que acontecem na cidade durante o período pré-COP. A partir da análise dos materiais jornalísticos e das eventuais discussões no artigo, questionamos as motivações das materialidades planejadas/projetadas e para quem são direcionados os consumos desses espaços. Acreditamos que a amplitude do debate se estende ao artigo, e que moradores da Amazônia devem ser escutados agora, durante e depois da COP30.

## Referências

AMARAL FILHO, Otacílio et al. Marca Amazônia: estratégias de comunicação publicitária, ambientalismo e sustentabilidade. **Revista Comunicação Midiática**, 2015.

CANEVACCI, Massimo. Comunicação entre corpos e metrópoles. **Signos do Consumo**, v. 1, n.1, p. 8-20, 2009.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; MIRANDA, Thales Barroso. Invisibilidade social e produção do espaço subordinado em Belém (PA). **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, v. 41, n. 41, p. 85-107, 2018.

“COP de Belém Terá Mesma Proporção Dos Jogos Olímpicos, Diz Helder Barbalho - ((O))Eco.” **((O))Eco**, 26 June 2023, [oeco.org.br/salada-verde/cop-de-belem-tera-mesma-proporcao-dos-jogos-olimpicos-diz-helder-barbalho/](https://oeco.org.br/salada-verde/cop-de-belem-tera-mesma-proporcao-dos-jogos-olimpicos-diz-helder-barbalho/). Accessed 25 Sept. 2024.

“COP 28: Veja Por Que Acordo Histórico Tem Lado Positivo, Mas Saldo Ainda é Negativo Na Luta Contra Crise Do Clima.” **G1**, 13 Dec. 2023, [g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/12/13/cop-28-entenda-os-principais-pontos-do-acordo-final.ghtml](https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/12/13/cop-28-entenda-os-principais-pontos-do-acordo-final.ghtml).

COSTA, Maria Augusta Freitas; DE OLIVEIRA RIBEIRO, Willame; DA COSTA TAVARES, Maria Goretti. Entre a valorização da diversidade humana e a negação da historicidade sócio-espacial: o que pode o ecoturismo na Amazônia? **Terra Livre**, v. 1, n. 26, p. 165-175, 2006.

EQUIPE TOTVS. **Hotel boutique**: o que é, diferenciais e como administrar. Disponível em: <<https://www.totvs.com/blog/gestao-hoteleira/hotel-boutique/>>. Acesso em: 4 out. 2024.

“Exclusivo: Saiba O Que Vai Mudar Em Belém Para a COP 30.” **DOL - Diário Online**, 26 May 2023, [dol.com.br/noticias/para/811308/exclusivo-saiba-o-que-vai-mudar-em-belem-para-a-cop-30?d=1](https://dol.com.br/noticias/para/811308/exclusivo-saiba-o-que-vai-mudar-em-belem-para-a-cop-30?d=1). Accessed 25 Sept. 2024.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência e Cultura**, v. 61, n. 3, p. 30-32, 2009.

GABRIEL, João. **Governo estuda antecipar reunião de presidentes para acomodar COP30 em Belém**. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/07/governo-estuda-antecipar-reuniao-de-presidentes-para-acomodar-cop30-em-belem.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/07/governo-estuda-antecipar-reuniao-de-presidentes-para-acomodar-cop30-em-belem.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa). Acesso em: 4 out. 2024.

172

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73–89, 19 dez. 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, v. 8, p. 527-552, 2012.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2021.

MCCRACKEN, Grant. Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 99-115, 2007.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Ciência Geográfica**, v. 1, n. 6, p. 1-11, 1997.

NEVES, Ivania. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras** ISSN: 0104-0944, n. 43, p. 26-44, 2015.

NOVA. **Porto Futuro 2**: como deve ser a nova obra anunciada na área portuária de Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/06/17/porto-futuro-2-como-deve-ser-a-nova-obra-anunciada-na-area-portuaria-de-belem.ghtml>>. Acesso em: 4 out. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, v. 2, n. 6, p. 36-54, 1982.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. **O fenômeno urbano**, v. 4, p. 26-67, 1967.

PEREZ, Clotilde. **Há limites para o consumo?** Estação das Letras e Cores Editora, 2020.

PINHEIRO, K. Após repercussão, obra que cortaria parque municipal em Belém é suspensa - **((o))eco**. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/apos-repercussao-obra-que-cortaria-parque-municipal-em-belem-e-suspensa/>. Acesso em: 23 set. 2024.

PINHEIRO, K. Obra para desafogar trânsito em Belém na COP30 vai rasgar parque municipal - **((o))eco**. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/obra-para-desafogar-transito-em-belem-na-cop30-vai-rasgar-parque-municipal/>. Acesso em: 23 set. 2024.

PONTE, Juliano . “GT5 - 434 Cidade E Água: Belém/PA E Estratégias de Reapropriação Das Margens Fluviais.” **Anais ENANPUR**, vol. 12, no. 1, 2019, <[anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1298](https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1298)>. Accessed 25 Sept. 2024.

PORTO. **Porto Futuro II Fase**. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/galeria/16517/porto-futuro-ii-fase#lg=1&slide=4>. Acesso em: 4 out. 2024.

“Quem Somos.” **((o))eco**, 11 Aug. 2015, [oeco.org.br/quem-somos/](https://oeco.org.br/quem-somos/).

RIBEIRO, Bruna Gomes; CARDOSO, Ana Cláudia; BEZERRA, Fabiola NC. A dualidade do ambiente natural/urbano e suas perspectivas em Cotijuba-PA. **Revista Appurbana**, 2014.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. Ambientalidade, co-existência e sustentabilidade: Uma gestalt em movimento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 4, p. 896-914, 2019.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de geografia, no 54, 1977.

SENA, Raimundo. Prefeitura assina OS para início das obras de reforma do Parque Ambiental Gunnar Vingren. Disponível em:  
<https://agenciabelem.com.br/Pauta/39844/prefeitura-assina-os-para-inicio-das-obras-de-reforma-do-parque-ambiental-gunnar-vingren>. Acesso em: 23 set. 2024.

**Vila Galé vai construir hotel boutique no Porto Futuro II - Jornal Diário do Pará.** Disponível em: <<https://diariodopara.com.br/para/vila-gale-vai-construir-hotel-boutique-no-porto-futuro-ii/>>. Acesso em: 4 out. 2024.